

Ata de Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Anápolis, realizada no dia 16 de abril de 2021.

Aos dezesseis dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às nove horas da manhã, no Plenário Júlio Pires Montele, reuniu-se o Poder Legislativo Municipal, sob a presidência do senhor Ademir Estêves de Santana, secretário do pela vereadora Jucilene Rigo Araújo Bastos. Havendo quórum regimental, declarou a sessão aberta proclamando as seguintes palavras: "Em nome de Deus e do povo anapolitano, declaro aberta a sessão ordinária do dia dezesseis de abril de dois mil e vinte e um." Em seguida o presidente solicitou aos vereadores que registrassem presença no livro, após pediu que a secretária geral da casa fizesse a leitura da ata da sessão anterior, que foi lida, aprovada e assinada por todos os vereadores que se fizeram presentes. Logo em seguida pediu para vereadora Jucilene Bastos ler a mensagem que acompanhou o decreto oriundo do poder executivo municipal que declara situação de calamidade pública no Município de Anápolis em virtude da pandemia causada pelo novo coronavírus - COVID-19, a mesma leu também o parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final. Em seguida o presidente abriu o grande

expediente e colocou a tribuna à disposição da  
proposição incluída na ordem do dia. O vereador  
José de Ribamar Monteles foi o primeiro a usar sua  
fala na tribuna, onde argumentou que não era  
preocupação da gestão atual com a doença infecciosa,  
pois a mesma tem promovido alguns eventos com  
aglomerações, que vê o decreto como interesse próprio  
e por isso ele seria contra o mesmo. Por sua vez o  
vereador José dos Reis Mendes no uso da tribuna  
falou que respeitava a todos da saúde <sup>mas</sup> que existem  
coisas que não são claras e deixa a dispor, pessoas  
com salários atrasados, outros dentes sem suporte e  
que não vê nenhuma preocupação da gestão, não  
que ele seja contra o trabalho da prefeita, mas que  
precisa ser revisto, também falou que a iluminação  
pública é um exemplo de que há um descaso, por  
conta disso ele também não votaria a favor da propo-  
sição. No uso da tribuna o vereador Wanderson Douglas  
Oliveira falou sobre o decreto de calamidade, falou  
também sobre os decretos dados aos comerciantes  
onde estipulam limites de horários e onde a própria  
gestora promove eventos com aglomerações e não vê  
preocupação nenhuma, em seguida leu alguns valores  
onde a secretaria de saúde do município teria a-  
recebido e que segundo ele daria muito len para  
manter o município sem decretar estado de calami-  
dade, por isso ele não votaria a favor. Logo em  
seguida o vereador Antonio Gomes de Araújo Filho  
falou sobre o decreto, que ano passado o projeto de  
igual teor foi colocado em pauta, votado e aprovado,  
que esse ano já era para ter sido votado, pois já  
tinham sido perdidas muitas vidas, que hoje a priori-  
dade era a saúde do município e que o voto dele  
não poderia ser outro a não ser favorável. A vereadora



Maria Lídia Lopes na tribuna falou que a gestora está sim preocupada com o município, até mesmo porque tem uma secretaria de saúde que trabalha bem, pediu para que a oposição deixe de lado um pouco a questão política e deixe as coisas boas também, que ela viu o trabalho e esforço, portanto o voto dela seria favorável. Na tribuna o vereador Evaristo Lima enfatizou que a gestão atual se preocupa sim com o município e sua população, que está na tribuna para votar a favor da população e que a oposição tem que fiscalizar também as coisas boas e não somente as ruins, que o decreto estava claro e que ele era a favor do mesmo, falou também da gestão passada que nada fez pelo município e que de lá ele já tinha vindo e que jamais voltaria novamente. Em seguida o presidente Ademir passa a presidência para o vereador Ruy Anne para que o mesmo possa fazer o uso da tribuna para falar sobre o <sup>projeto</sup> decreto, falou a sessão do dia é de extrema importância, relembra que há um ano estavam passando pela mesma situação de calamidade, explicou sobre os decretos legislativos, também argumentou sobre as falas de alguns colegas vereadores que fizeram um discurso um pouco distorcido tirando o foco do decreto, explicou a importância da confirmação do decreto na casa para saúde da população, que todos fossem cientes do bem a fazer para todos. Logo após o presidente Ademir coloca o projeto legislativo nº 01/2021 que ratifica/homologa o estado de calamidade pública declarado pelo poder executivo em virtude da pandemia causada pelo novo coronavírus - COVID-19 para votação, quem for a favor permanecer sentado, e quem for contra ficar de pé, tendo assim 5 votos a favor e 3 votos contra, aprovado portanto pela maioria. Em seguida a primeira secretária Lucilene Bastos pediu a quebra de interstício para que o projeto de decreto fosse colocado em segunda votação, o que foi deferido pelo presidente, colocado em segunda votação, o projeto obteve 5 votos a favor e 3 votos contra sendo a favor

00  
os vereadores Antônio Gomes de Araújo Filho, Rose Anne Sousa Monteles, Juicilene Rêgo Araújo Bastos, Maria Célia Lopes e Evandro Lima da Silva e sendo contrário ao projeto Wanderson Douglas da Silva Oliveira, José Ribamar Carvalho Monteles e José dos Reis Mendes da Costa, tendo assim o projeto de decreto legislativo 011/2021 aprovado pela maioria. De volta a tribuna o vereador Wanderson Douglas falou sobre o buraco que impedia o tráfego da rua Marcelino Monteles, onde ele na tribuna pediu e o vereador Antônio Gomes garantiu que em três dias seria arrumado, sendo que demorou mais de 20 dias e ele vereador foi lá fazer um vídeo com os vereadores da oposição e editou, logo em seguida a prefeitura mandou arrumar, ele nas suas redes sociais agradeceu com os mesmos colegas vereadores, fez o que achava que tinha que ser feito, voltou a falar do recurso da saúde do município onde os números são exorbitantes e assim dava para revolucionar a saúde de Anapurus, que o decreto era incoerente com a realidade. O vereador Antônio Gomes de volta na tribuna defende que os recursos que vem são muito bem aplicados e que não deveria o porque argumentar os valores que o município recebe. Já o vereador José dos Reis na tribuna novamente falou que não pode aprovar um projeto sem saber o destino do dinheiro e argumenta: onde está o dinheiro que entrou e onde foi usado?, não fazia sentido e continuou a dizer que não estava claro para ele os fatos. O vereador José de Ribamar referiu-se ao vereador Evandro Lima dizendo que: - Se ele não estava se dando bem na gestão passada, tinha pedido pra sair, pois quando nós nos sentimos bem, num lugar nos retiramos, falou que algumas pessoas estão sofrendo ameaças e perseguições por questões políticas, que ele mesmo também estava

sendo essas perseguições e que não aguenta mais. O senador Evandro Lima novamente na tribuna fala sobre ter saído do grupo opoiter, que saiu por conta própria e que não tinha medo de debater com ninguém sobre isso, que ele não compactuava com pessoas que não fazem e não que nem o bem da população anapuruense, então havia muitas diferenças de um grupo para o outro, era só andar pela cidade e interiores que iriam vê a diferença, assim encerra sua fala defendendo o governo atual. Não havendo mais nada a tratar, o presidente declarou a sessão encerrada, despois um bom fim de semana a todos, e disse que a ata fosse lida e achada conforme, seria devidamente assinada por todos os senadores que se fizeram presentes:

- Evandro Lima da Silva
- Maria Elia Lopes
- Antonio Gomes de Araujo Filho
- José dos Reis Mendes da Costa
- Wanderlan Douglas da Silva Oliveira
- Abey Otto de Santana
- Jurema R. A. Basto
- José dos Reis Mendes da Silva